

OS PROCESSOS SOCIAIS NA SOCIEDADE EM REDE: PRIMAVERA ÁRABE E CIBERDEMOCRACIA

EUGENIO, Alexia Domene¹

RESUMO: Este trabalho corresponde a um dos resultados de uma pesquisa profunda acerca de diversos aspectos da influência da internet na sociedade. Sociedade atualmente conhecida como sociedade em rede, a qual encontra na web uma forma de conectar pessoas e grupos de lugares distantes, mas com propósitos e objetivos comuns. Buscou-se analisar o impacto da rede mundial de dados com exemplos reais, dentro do país, como a pressão popular via internet durante a aprovação da Lei da Ficha Limpa e internacionalmente, a Primavera Árabe. A internet demonstrou ser uma aliada do homem na luta por mudanças sociais locais, regionais, ou de muito maior abrangência, não apenas do cenário político, mas também cultural, científico, ambiental e jurídico.

Palavras-chave: Sociedade em rede. Mudanças sociais. Grupos sociais. Ciberdemocracia. Primavera Árabe.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade em que vivemos está em constante transformação, sofrendo mudanças econômicas, ambientais, culturais, religiosas e políticas cada vez mais dinâmicas. Num momento histórico que a informação chega instantaneamente a lugares geograficamente opostos, observa-se a construção de novas identidades e grupos sociais impulsionados por esse tipo de contato, a interação virtual.

Tal estudo vem acoplado a diversas questões atuais, não é dúvida que a internet e a tecnologia incorporaram-se ao cotidiano de parte massiva da população, e tais inovações trazem novas perspectivas a todo o momento. Acerca

¹ Discente das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente (FIAETPP). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa “Novas Perspectivas do Conhecimento – Processo Civil Moderno (Processo de Conhecimento e Acesso à Justiça)”, coordenado pelo Prof. Dr. Gelson Amaro de Souza. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq/PIBIC 2013-14. E-mail: aalexia_d@hotmail.com

desse tema foi buscado um aprofundamento no impacto da interação entre diferentes atores sociais nas mudanças sociais e individuais.

Inicialmente, levando em conta o contexto histórico dos processos sociais, o que levou à utilização de um método dialético de análise, pretende-se verificar que como todo tipo de transformação se deve a uma contradição, a uma incoerência, esta gera uma cadeia de consequências que afetam o esqueleto daquele grupo social.

Em seguida, através de um método indutivo, utilizou-se da observação de fenômenos reais – aqui a Primavera Árabe e a Lei da Ficha Limpa – para mensurar a relevância da internet nas mudanças estruturais em diferentes grupos sociais, em diferentes escalas.

Destaca-se a necessidade de dar-se a devida importância a uma ferramenta tão útil à sociedade como um todo, pois os benefícios são demonstrados com exemplo reais da influência da internet nos processos sociais, no Brasil e em outros lugares do mundo.

2 GRUPOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

O ser humano é um ser social, tende a depender de outros e construir relações interpessoais ao longo de sua existência, o homem nasce, cresce e morre em sociedade. Instintivamente, os animais entendem ter maior chance de sobrevivência quando em grupo ao invés de isolados.

Assim também é com os seres humanos, como afirma Pierre Lévy sobre a cooperação vicinal, “os vizinhos *constatam* que eles são interdependentes e isso os leva a harmonizar, se possível, seus direitos e deveres” (2010, p. 115). Cada indivíduo é singular, porém, tendem a associar-se ou dissociar-se, de acordo com seus interesses.

Existe um processo social em toda a forma de união ou separação entre indivíduos ou grupos. Processos sociais são transformações decorrentes de movimentos de tais grupos, sejam afastando-se (dissociativos, p. ex. competição e conflito) ou aproximando-se (associativos, p. ex. adaptação, acomodação e assimilação) (LAKATOS, 1990, p. 77).

Esses processos sociais caracterizam-se pela interação social e pressupõem o contato entre ao menos dois indivíduos. A interação é responsável pela alteração significativa dos móveis que os unem, ou seja, seus motivos e propósitos transformam-se à medida que grupos entram em contato com diferentes atores sociais.

Grupos sociais são definidos por Joseph Fichter como “uma coletividade identificável, estruturada, contínua, de pessoas sociais que desempenham papéis recíprocos, segundo determinadas normas, interesses e valores sociais, para a consecução de objetivos comuns” (apud LAKATOS, 1990, p. 116).

Eles protagonizam diversas transformações sociais, esses fenômenos pressupõem a existências de grupos sociais guiando as mudanças durante o curso da história. Tomando o exemplo da Revolução Francesa, que teve os grupos intelectuais iluministas e burgueses como principais idealizadores e motivadores, enquanto o grupo que representava o Antigo Regime tornou-se o alvo da revolta, tendo aqueles prevalecido. Em seguida, o grupo de burgueses que detinha o poder naquele momento subdividiu-se em girondinos e jacobinos, devido a um novo conflito de interesses, e esses grupos alteraram o rumo da história francesa novamente.

Os grupos sociais podem surgir devido a fatores religiosos, políticos (partidos políticos ou organizações), esportistas, familiares, econômicos, podem estar divididos por sexo, cor, idade, profissão, classe econômica, e ainda locais, regionais, nacionais, e através do facilitado acesso às ferramentas de interação global, os grupos sociais internacionais.

Como exemplos, podem ser citados um mutirão de limpeza, este configura um processo social associativo de cooperação, por um propósito, no caso a limpeza e organização, e a separação da Igreja em diversos ramos durante a história, que representa processo social dissociativo, por conflito de aspectos ideológicos.

A cada etapa da vida, o indivíduo encontra-se inserido em um diferente ambiente social, um diferente grupo social, ou em uma pluralidade de grupos, o que colabora para a construção contínua de sua identidade.

Identidade aqui tomada como a forma como o indivíduo se vê dentro de um meio, a autodefinição de si próprio, enquanto Craig Calhoun entende por

identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo” (apud CASTELLS, 1999, p. 22) e Manuel Castells define a identidade como um processo de “construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados” (1999, p. 22).

As diversas definições de identidade remetem a um ponto comum, o significado, a sua formação, a sua construção – seja individual ou coletivo. O que destaca cada indivíduo e sua identidade dos outros homens é a forma como ela foi então construída, a partir da influência de quais fatores externos.

Essa construção de um autoconceito dentro do meio em que se está inserido se dá pelo conhecimento, de si mesmo e dos outros, e de como os outros o enxergam. Eva Maria Lakatos afirma que um processo social permite que “a personalidade individual se desenvolve e se relaciona com a sociedade” (1990, p. 77), e esse relacionamento tem como forma básica a transmissão de informação através da fala, sinais, ou símbolos e texto, traduzidos como diferentes tipos de comunicação.

A comunicação segundo Eva Maria Lakatos é (1990, p. 113) “aquela que tanto supõe quanto produz uma interação bilateral, isto é, em que os dois pólos – transmissor e receptor – apresentam relação de ambivalência”, e sua concretização depende dos canais pelos quais as mensagens são transmitidas, os meios de comunicação são o veículo da informação e opinião.

A evolução da imprensa, de Gutenberg, do rádio de Nikola Tesla, e da televisão, a internet surge como uma nova via de comunicação, e hoje age como ponte para conectar pessoas e grupos cujos ideais são semelhantes, criando e fortalecendo laços sociais.

3 INTERNET E DEMOCRACIA

A sucessora das várias invenções do homem para facilitar a vida cotidiana e que funcionam também como aliados no combate à opressão e censura. O sociólogo britânico Anthony Giddens, nesse aspecto, trata com grande ênfase a importância social da comunicação (1999, p. 41):

A revolução das comunicações e a difusão da tecnologia da informação estão profundamente ligadas a processos de globalização. (...) Um mundo de comunicação eletrônica instantânea, em que até aqueles nas regiões mais pobres estão envolvidos, perturba instituições locais e padrões cotidianos de vida. A influência da televisão por si só é considerável. Muitos comentadores concordam, por exemplo, que os eventos de 1989 na Europa Oriental não teriam se desdobrado tal como o fizeram não fosse a televisão.

O cyber espaço proporciona um fluxo de informação que alcança até as áreas mais remotas do mundo, e a internet transforma-se numa luz sobre a vida de quem sempre viveu às escuras. Como é impossível impedir o acesso a tudo que se mostra “nocivo” aos sistemas fechados, é possível crer na internet como um arma de mudança, pois como Kelsen afirma (2000, p. 106), “a minoria, que não está completamente equivocada nem absolutamente privada de direitos, possa tornar-se maioria a qualquer momento”.

3.1 Primavera Árabe

“Primavera Árabe” é o nome dado ao conjunto de revoluções de nações do Oriente Médio que buscaram libertar-se de um sistema com características totalitárias de governo, e depor seu governante que estava há décadas no poder, delimitando um marco histórico na história de cada um desses países. Os levantes têm muitas semelhanças, especialmente no objeto de oposição, que é o governante ou o modelo político que rege o país e a maneira como a população vive, depois, é possível ver como se salientam as diferenças culturais de cada um deles.

Esses movimentos foram desencadeados com a libertação da Tunísia, que foi o primeiro exemplo das revoluções árabes contra o próprio governo, por tal, é dita precursora do movimento. A população tunisiana pressionou seu líder através de protestos por todo o país, após um jovem de 26 anos, Mohamed Bouazizi, atear fogo ao próprio corpo como uma forma de mostrar sua indignação com o tratamento dado às pessoas, em 17 de dezembro de 2010, quando policiais o impediram de trabalhar na rua. Com os protestos eclodindo, o presidente tunisiano Zine al-Abidine

Ben Ali após 23 anos no poder, exilou-se na Arábia Saudita e nunca mais retornou ao seu país.

Após esse evento, as forças revolucionárias nos países vizinhos cresceram com a esperança de também conseguir mudar a situação política. Mas isso não aconteceu de repente, depois dessa conquista do povo tunisiano. Os eventos relacionados à libertação dos povos árabes foram precedidos por outras tentativas de melhorar a situação para a população.

Durante a pesquisa sobre o histórico da revolução, especificamente do Egito, surgiram informações sobre a utilização da internet na organização da população três anos antes da definitiva deposição do presidente Mubarak, mesmo que as redes sociais e outras vantagens da internet permitam a rápida organização e mobilização, é inviável que num país sob forte controle e censura isso aconteça imediatamente.

Numa ditadura, qualquer movimentação era possível de ser vigiada, a carta magna de Mubarak – nome dado à constituição que vigorava na época – também considerava greves ilegais, portanto, era preciso que se encontrasse uma maneira de driblar a dificuldade de se organizar.

Manuel Castells aponta (2000, p.375-376): “O único modo de controlar a rede é não fazer parte dela, e esse é um preço alto a ser pago por qualquer instituição ou organização, já que a rede se torna abrangente e leva todos os tipos de informação para o mundo inteiro.”

Contudo, é impossível não fazer parte da rede, logo, é impossível controlá-la. Por isso o poder tem medo da internet, ela é a nova arma da sociedade moderna contra a repressão, por ser algo que não consegue ser reprimido.

Um fato importante e crítico no início da disseminação dos ideais foi após uma mobilização de trabalhadores têxteis da cidade de Ghazl El-Mahalla em fevereiro de 2008 para um aumento salarial, muitos cidadãos se juntaram à causa. Contudo, no dia 6 de abril de 2008, tropas policiais reprimiram o manifesto com grande violência, gás lacrimogêneo, balas de borracha e também munição com explosivos e agentes químicos².

² HUSSEIN, Marwa. *Egypt's Mahalla workers strike, bring demands to the military*. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/3/12/5777/Business/Economy/Egypt-Mahalla-workers-strike,-bring-demands-to-th.aspx>> Acesso em: 16.12.2012

Tal ação do exército egípcio levantou questões em vários grupos pelo país e fora dele. Aqueles responsáveis pelo levante usavam além do Facebook, email privados e também encontros pessoais para se comunicar e se organizar. O movimento teve como inspiração os principais ativistas pró-revolução, determinante na concretização dos planos, como os blogs da tradutora Nawara Negm³ e de Israa Abdel Fattah – deletado quando a autora foi presa – ativista e parte da liderança do chamado “Movimento Jovem de 6 de Abril”⁴.

Porém, o governo utilizou do mesmo meio dos grupos contestadores, as redes sociais, para rastrear, encontrar e prender pessoas responsáveis pelo levante, e seus participantes.

De 2008 a 2011, quando eclodiu a revolta, continuaram a questionar o governo e atrair simpatizantes à causa. O movimento não ficaria para sempre na internet, portanto logo após a estruturação deste, empurrado pela revolução na Tunísia, a população foi às ruas em 25 de janeiro de 2011 – conhecido como “Dia da Ira” – e depôs o presidente Hosni Mubarak em 11 de fevereiro do mesmo ano, após 30 anos de poder⁵.

A sociedade muda, o Direito muda, logo, a ruptura com o regime causada pela revolução no Egito teve como consequência a suspensão da constituição vigente, conhecida como Carta Magna de Mubarak, e dissolução do parlamento, para que em setembro ocorressem eleições, culminando numa votação em novembro de 2012 para que fosse aprovada a nova constituição egípcia.

A instabilidade do país significava a necessidade do estabelecimento de um eixo que orientasse a estrutura de governo e administração, e veio após a resposta afirmativa do referendo constitucional. Assim foi concretizado o início da transição para a democracia, após três décadas de ditadura, e em meio a muita incerteza, porém, também, muita esperança, com a eleição do novo regente do país para mandato delimitado e por maioria de votos.

Existem muitas falhas na nova Constituição, o que facilitou que dois anos após a derrubada do ditador Mubarak, os populares depuseram o presidente

³ Blog de Nawara Negm. Disponível em: <<http://tahyyes.blogspot.com.br/>> Acesso em: 16.12.2012

⁴ Páginas oficiais do Movimento Jovem de 6 de Abril (tradução livre). Disponível em: <http://shabab6april.wordpress.com/about/shabab-6-april-youth-movement-about-us-in-english/> e <<http://www.facebook.com/april6mov>> Acesso em 16.12.2012

⁵ AWAD, Marwa. ZAYED. Dina. *Dia da Ira no Egito termina com 3 mortos*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2011/01/25/dia-da-ira-no-egito-termina-com-3-mortos.jhtm>> Acesso em 17.12.2012

eleitos por eles mesmos, facilitando o controle do país pelos militares, tornando muito instável a situação no Egito, que pode estar passando pelo já chamado de “Outono Árabe”, ao invés de florescer como fez há 2 anos, está perdendo suas folhas.

Ainda haverá muitas conseqüências da revolução, e continuaremos a ver que mesmo a mais difícil situação pode ser revertida, seja num país democrático ou não. A Líbia foi uma das revoluções mais violentas desse período, citá-la-ei brevemente. O governo teve de lidar com a inabilidade de censurar a internet, e as imagens, vídeos, depoimentos e pedidos espalharam-se pelo mundo dando ainda mais força aos rebeldes.

Seja no início ou na superveniência das lutas, sempre – e cada vez mais – estarão ao alcance de todos os meios para a vitória, e nesses casos, é visível que a internet foi extremamente fundamental na organização da população e na disseminação pelos outros países que seguiram o levante.

4 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA INTERNET

A democracia é uma espécie de regime de governo, a qual em sua forma pura melhor permite a participação civil nas decisões mais importantes para aquele grupo, isto é, onde cada indivíduo é soberano em suas escolhas. A sua concepção básica veio como um governo do povo. Essa democracia ideal adaptou-se aos moldes sociais que foi aplicada, criando diferentes modelos de regimes democráticos.

Bobbio define um regime democrático como “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados.” (1986, p. 12), nesse mesmo sentido, Kelsen também vê a democracia como “apenas um método de criação da ordem social” (2000, p. 103). Ou seja, cada sociedade possui sua democracia, em essência, seu governo do povo, mas cada qual tem suas próprias regras de participação civil nessa democracia, por exemplo a idade mínima de 16 anos no Brasil para votar.

No Brasil, cujo sistema é uma república presidencialista, é possível identificar a participação direta e indireta, conforme o artigo 14 da Constituição Federal. As eleições periódicas correspondem à democracia indireta, por meio de voto são escolhidos representantes responsáveis por tomar decisões que interessam à coletividade durante certo tempo – o mandato.

O plebiscito, referendo e iniciativa popular – regulados pela Lei nº 9.709 de 18 de novembro de 1998 – são formas de democracia direta, e a escolha do povo em sua maioria deve ser respeitada, e não a de um que os representa, sendo, portanto, nessas modalidades, levado em conta cada indivíduo e sua opinião, seu interesse.

Ainda assim, o plebiscito e referendo e a iniciativa popular dependem dos representantes, conforme a lei citada, os primeiros são convocados apenas se for atingido o quorum de um terço dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional a questão é proposta à população, a iniciativa popular, como diz o nome, corresponde apenas à propositura de projeto de lei, e a tramitação corre nos moldes constitucionais do processo legislativo.

Desde a promulgação da Constituição cidadã, 25 anos atrás, ocorreram 2 plebiscitos – em 1993, sobre o regime de governo a ser aplicado no Brasil, monarquia ou presidencialismo, e em 2001, sendo este um plebiscito local, apenas para o Pará, quanto à divisão do estado – e 2 referendos – o primeiro em 2005, sobre a comercialização de armas de fogo e outro em 2010, também local, apenas para o Acre em relação ao seu fuso horário.

A iniciativa popular está prevista no inciso III do artigo 14, e regulada pelo artigo 61, § 2º, além do artigo 13 da Lei nº 9.709 de 1998 :

Art 61. [...]

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Existem apenas quatro projetos de iniciativa popular convertidos em lei, sendo o último conhecido como a Lei da Ficha Limpa, aprovada em 2010. Ela teve como aliada a internet, em todas as etapas, o início da campanha de coleta de

assinaturas, recebeu apoio popular pelas redes sociais também para pressionar durante a lenta tramitação⁶, continuaram durante o julgamento de sua constitucionalidade e agora apoio outro projeto de iniciativa popular, o das Eleições Limpas. A rede mundial de transmissão de dados criou caminhos para atingir o público desejado⁷, acumulando apoiadores e assinaturas, possíveis de serem feitas pela internet, atraindo ainda os interessados para colaborar.

Todas as informações foram divulgadas pela entidade que abraçou o projeto, o MCCE, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, o balanço de assinaturas, formulários para serem impressos e distribuídos, informações sobre os candidatos com ficha suja⁸, e permanece na luta pela eficácia da Lei que conseguiram aprovar.

A democracia direta aproxima-se da ideal, daquele governo do povo para o povo, em que todos opinam quanto a um assunto de interesse da coletividade, é raríssimo de ocorrer. A democracia ideal exige que todos debatam, opinem, concordem, discordem e cheguem a uma conclusão benéfica para todos ou para a maioria, porém as dimensões atualmente não permitem que essa estrutura permaneça. É importante ressaltar que há também razões de interesse pessoal dos representantes em manter as decisões majoritariamente para si, direcionando sua atuação conforme a vontade política e influência partidária desse pequeno grupo.

Apesar de tais dificuldades e empecilhos, atualmente as decisões tomadas pelo poder público em todos os seus âmbitos seguem o princípio da transparência e podem ser acessadas pela população, o que expõe a mais potente arma a favor da democracia participativa contra a ignorância e perpetuação do Estado controlador, em qualquer lugar do mundo, um novo espaço para a formação de opinião. O acesso ao conhecimento fundamenta as crescentes reivindicações e causas dos grupos sociais.

Destaca-se o fato de a pressão estimular a função típica do legislativo, não apenas pressão popular como mostrado acima, mas também pressão por

⁶ SARDINHA, Edson. *Ficha Limpa: mais de 2 milhões de assinaturas na internet*. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/ficha-limpa-mais-de-2-milhoes-de-assinaturas-na-internet/>> Acesso em: 16 mai. 2013.

⁷ Assessoria de Comunicação SE-MCCE. *Comunidades virtuais divulgam Campanha Ficha Limpa na internet*. Disponível em: < http://www.mcce.org.br/site/vnoticias.php?acao=vinoticias&id_noticias=21> Acesso em: 16 mai. 2013.

⁸ COSTA, Sylvio. *Campanha Ficha Limpa ganha força*. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/campanha-ficha-limpa-ganha-forca/>> Acesso em: 16 mai. 2013.

influência, no caso da tipificação de crimes informáticos, a Lei nº 12.737 de 30 de novembro de 2012 ficou conhecida como Lei Carolina Dieckmann, justamente por ter sido impulsionada pela atriz de mesmo nome, que teve fotos particulares expostas por um hacker, e devido a esse fato, buscou que houvesse regulamentação para fim de punir aquele que expôs suas fotos. Mostra também que ninguém está imune às possibilidades geradas pelo uso da internet de acesso ao conteúdo disponível privada ou publicamente.

A pressão sobre os poderes é extremamente importante para se fazer valer a representatividade do povo. Com a internet, a democracia participativa encontra uma nova via, permitindo a organização e mobilização de diversos grupos unidos por objetivos comuns.

Esses grupos são agora protagonistas do cenário mundial, líderes nominados tornaram-se escassos, dando destaque às causas e reivindicações, reacendendo a chama da luta social, há alguns anos em estagnação. Nesse sentido, Bobbio (1986, p. 11) destaca essa participação:

“os sujeitos da ação política tornaram-se cada vez mais os grupos organizados, sendo portanto muito diferente daquela prevista pela doutrina democrática, que não estava disposta a reconhecer qualquer ente intermediário entre os indivíduos singulares e a nação no seu todo”.

Em busca de mudança, as redes sociais virtuais se tornaram um novo território de informação e discussão, uma ágora virtual.

5 CONCLUSÃO

A sociedade em rede promove a aproximação de diferentes atores sociais, e atualmente estes são os grupos sociais, protagonistas das mais importantes transformações históricas que marcaram o mundo.

A interação proporciona a lapidação da identidade de cada indivíduo no meio social que está inserido, e o contato com diferentes atores provoca a mudança.

A pressão popular foi atestada como fundamental nas alterações estruturais políticas do Egito, a cobrança por um diferente sistema foi traduzida em mudança pela força dos grupos organizados.

A demanda popular sobre a aprovação do projeto da Lei da Ficha Limpa atestou que os novos meios de comunicação desestabilizam os padrões sociais estáticos, promovendo a renovação do modo de vida e objetivos sociais da população.

Com os resultados do estudo foi possível demonstrar que a internet unida à força da sociedade organizada de acordo com seus objetivos próprios fortalece a participação social na vida pública de modo a permitir que novos rumos sejam tomados.

A ágora virtual corresponde a um novo espaço de disseminação de informação e cultura capaz de alcançar as áreas mais remotas do planeta, sendo uma nova fonte de matéria prima do progresso. A democracia anda junto da internet e da tecnologia.

REFERÊNCIAS

Assessoria de Comunicação SE-MCCE. **Comunidades virtuais divulgam Campanha Ficha Limpa na internet.** Disponível em: <http://www.mcce.org.br/site/vnoticias.php?acao=vinoticias&id_noticias=21> Acesso em: 16 mai. 2013.

AWAD, Marwa. ZAYED. Dina. **Dia da Ira no Egito termina com 3 mortos.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2011/01/25/dia-da-ira-no-egito-termina-com-3-mortos.jhtm>> Acesso em 17.12.2012

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo.** Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** Trilogia “A era da informação”, v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** Trilogia “A era da informação”, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet – Reflexões sobre a Internet, Negócios e a Sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

COSTA, Sylvio. **Campanha Ficha Limpa ganha força.** Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/campanha-ficha-limpa-ganha-forca/>> Acesso em: 16 mai. 2013

GIDDENS, Anthony. **A terceira Via.** Coleção Pensamento Social-Democrata. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

HUSSEIN, Marwa. **Egypt's Mahalla workers strike, bring demands to the military.** Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/3/12/5777/Business/Economy/Egypt-Mahalla-workers-strike,-bring-demands-to-th.aspx>> Acesso em: 16.12.2012

KELSEN, Hans. **A democracia.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral.** São Paulo: Atlas, 1990.

LEMOS, André. LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia.** São Paulo: Paulus, 2010. – Coleção Comunicação.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Coleção TRANS. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEMOS, André. LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia.** São Paulo: Paulus, 2010. – Coleção Comunicação

RODRÍGUEZ, Elena Real. **Reflexiones em torno a la relación periodistas-públicos: sujetos de derechos, deberes y responsabilidad.** In: *Comunicação, informação e opinião pública.* Lisboa: Universidade Católica Editora, 2001.

SARDINHA, Edson. **Ficha Limpa: mais de 2 milhões de assinaturas na internet.** Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/ficha-limpa-mais-de-2-milhoes-de-assinaturas-na-internet/>> Acesso em: 16 mai. 2013.

SOUZA, Queila. QUANDT, Carlos. **Metodologia de Análise de Redes Sociais**. In: F. Duarte; C. Quandt; Q. Souza. *O Tempo das Redes*. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2008.